

A FORMAÇÃO DOS ATUAIS ESTADOS ÁRABES NO ORIENTE MÉDIO

Introdução

José Farhat

Se traçarmos uma linha imaginária saindo de um determinado local da costa turca sobre o Mediterrâneo oriental, ao norte, até atingir o Mar Vermelho ao sul teremos uma distinção entre o que os árabes consideram *Mashriq* (em árabe: levante, onde o sol se levanta) e *Maghrib* (em árabe: poente, onde o sol se põe).

Está esta noite sob nossa responsabilidade estudar a formação, dentro do *Mashriq*, de: Arábia Saudita, Iraque, Síria e Líbano, deixando Jordânia e Palestina a cargo do Professor Valério Arcary, em sua esperada e promissora aula sobre Sionismo e Imperialismo.

Os quatro países cuja formação iremos abordar fazem parte da nação árabe que é uma realidade porque responde aos critérios que permitem, em geral, reconhecer uma nação: os Estados árabes constituem, com duas exceções, Djibuti e Somália, um conjunto geográfico contínuo; suas populações invocam a mesma etnia; professam a mesma origem religiosa; expressam-se na mesma língua; repartem a mesma cultura que sua História lhes legou. Quanto às fronteiras que os dividem atualmente, na maioria dos casos, foi imposta pelos colonizadores, portanto são artificiais e vulneráveis como confirma a ausência de conflitos limítrofes entre uns e outros.

No auge da expansão do Império Otomano, no século XV, a maior parte daquilo que definimos hoje como Mundo Árabe, estava ocupada pelos otomanos. O ataque de Napoleão Bonaparte (1769-1821) ao Egito em 1798, em plena Revolução Francesa, foi um marco para as tentativas de domínio do Mundo Árabe pelos europeus, que levaram à colonização, resistência e às vezes a guerras. Ao se iniciar a I Guerra Mundial, as terras árabes que não estavam ocupadas pelo Império Otomano há séculos, o estavam por britânicos, franceses, espanhóis, italianos e incursões mais antigas por parte dos portugueses. As resistências árabes às invasões e ocupações resultaram sempre em violência sanguinária.

As sementes da formação de Arábia Saudita, Iraque, Síria e Líbano obviamente é antiga, mas sua materialização teve nas vésperas, durante e após a I Guerra Mundial um marco importante.

O sofrimento sob o jugo otomano durou séculos e se agravou quando os Jovens-Turcos, um movimento com roupagem de modernidade, no poder desde 1908, instalaram um autoritarismo centralizado, eram racistas e só permitiam o ensino nas escolas em turco, se distanciavam da religião beirando o ateísmo e tinham aversão ferrenha às idéias de autonomias regionais. Isto teve um efeito contrário para os árabes, encorajando a criação de movimentos autonomistas e a procura do apoio dos europeus.

Os turcos eram implacáveis com os povos dominados; qualquer movimento que não satisfizesse, motivava morte na força ou exílio para a Anatólia para os indivíduos, martirização para populações inteiras e punição regional com a fome.

“O Oriente Médio Árabe: passado recente e configurações atuais”

Os britânicos, se aproveitando da insatisfação, começaram a encorajar movimentos de rebelião através do incentivo à identidade árabe. Os franceses, por seu lado, começaram a estender a sua “França do Levante” pelo interior das terras onde tinham certo domínio, para construir uma Síria francesa sob sua tutela usando a desculpa de proteção dos cristãos contra os muçulmanos, turcos ou árabes.

Num ato de cinismo extremo, os turcos apelaram para o *jihad* contra as duas potências européias, colocando franceses e britânicos em situação difícil, com ameaça de fazer este apelo religioso se espalhar pelos territórios que dominavam. As regiões ocupadas pela Itália e Espanha sofreriam também.

O nacionalismo árabe se manifestava em ritmo crescente e em 1914, ocorreram levantes na Cirenaica (parte da atual Líbia), no Iêmen, no sul do Iraque e na Arábia. Alguns árabes, no entanto, continuaram leais ao Império Otomano por temerem muito mais o colonialismo britânico e francês.

O mais famoso destes árabes leais aos otomanos foi o Sherif Hussein Ibn Ali (1856-1931), desde 1908 Sherif de Meca e Guardião dos Lugares Sagrados, descendente do Profeta Muhammad através da família Hashemita.

Acordo Abdallah-Kitchner

O segundo filho do Sherif, Abdallah Ibn Hussein (1882-1951) o mesmo que se tornaria Rei da Jordânia tentou negociar com os otomanos a respeito da extensão de uma linha férrea que contrariava os interesses dos beduínos, mas os turcos recusaram qualquer acordo e, como os britânicos já vinham encorajando os árabes para que se rebelassem contra os otomanos, prometendo-lhes apoio para sua libertação do domínio otomano e independência total, parece que havia chegado a hora da ação.

Abdallah tomou a iniciativa e procurou Horatio Herbert Lord Kitchener (1850-1916), o pró-cônsul britânico do Egito, em fevereiro de 1914, pedindo apoio contra os turcos. Só em outubro, já em guerra contra a Turquia, Kitchener escreveu a Abdallah prometendo:

“*Dar aos árabes toda a assistência contra agressões estrangeiras*” em troca do apoio árabe na guerra contra o Império Otomano.

Protocolo de Damasco

Bastante cauteloso, mas ativo, Hussein mandou seu filho Faissal Ibn Hussein (1883-1933), aquele que seria depois Rei da Síria, por curto tempo e depois do Iraque, a Istambul, a capital imperial, para confrontar o Grão Vizir com provas da trama turca para depô-lo, *démarche* vã.

Na viagem de volta, Faissal passou por Damasco, para encontrar as sociedades secretas *Al-Fatat* e *Al-Ahad* que lhe entregaram um documento conhecido como *Protocolo de Damasco*, a ser entregue aos britânicos, declarando que apoiariam Hussein em sua revolta contra o Império Otomano, caso os britânicos aceitassem e apoiassem o estabelecimento de um território árabe independente.

“O Oriente Médio Árabe: passado recente e configurações atuais”

Hussein continuou na expectativa dos acontecimentos durante 1915, assistindo ao fracasso do ataque turco ao canal de Suez e ao malogro britânico na batalha de Gallipoli.

Enquanto isto, Jamal Pasha (1872-1922), o Açougueiro, notório líder militar turco e comandante do exército otomano na Síria (1915-1917) sufocava brutalmente a revolta na Síria e mandava executar dezenas de líderes nacionais em Beirute e Damasco, no dia 6 de maio de 1916. Esta data passou a ser chamada, no Líbano e na Síria, Dia dos Mártires.

Acordo Hussein McMahon

Este acordo entre Hussein e Sir Henry McMahon (1862-1949), Alto Comissário da Grã Bretanha no Egito, foi selado por meio de cartas e recados verbais confiados a emissários dos dois. As cartas trocadas são em número de dez e delas extraímos alguns trechos.

Na primeira, de 14-07-1915, Hussein num estilo elegante afirma a McMahon que *“toda a nação árabe, sem exceção, decidiu, nestes últimos anos alcançar sua liberdade e agarrar as rédeas de sua administração, tanto na teoria quanto na prática”* e que *“sentiram que é do interesse do Governo da Grã Bretanha apoiá-los e ajudá-los”* e *“enquanto também é do interesse [dos árabes] preferir a assistência do Governo da Grã Bretanha”* coloca propostas fundamentais, sendo a mais importante, para o tema atual a seguinte:

“A Inglaterra reconhecerá a independência dos países árabes, limitadas ao norte por Mersin e Adana até o 37º grau de latitude, em cujo grau caem Birijik, Urfa, Mardin, Midiat, Jezirat, Amadia, até a fronteira da Pérsia; ao leste pelas fronteiras da Pérsia até o Golfo de Basrah; ao sul pelo Oceano Índico, com exceção da posição de Aden para que permaneça como está; no oeste pelo Mar Vermelho até atingir Mersin. A Inglaterra aprovará a proclamação de um califado árabe do Islã”.

A segunda carta é a resposta de MacMahon ao Sherif, datada em 30-08-1915, na qual, cheio de salamaleques e subterfúgios, cuja parte importante é aquela na qual diz, *nota bene*:

“Confirmamos-lhe os termos de mensagem de Lord Kitchener, na qual afirma claramente nosso desejo de independência para a Arábia e seus habitantes, juntamente com a nossa aprovação para um Califado Árabe, quando for declarado”.

Mais adiante, Hussein concordou com os britânicos pela retirada das *vilayets* de Mersin e Adana dos limites da Nação Árabe por terem populações de maioria turca e discorda quanto às regiões das *vilayets* de Alepo e Beirute e suas costas marítimas por serem regiões puramente árabes e que não havia diferença entre o árabe muçulmano e o árabe cristão, ambos descendentes do mesmo ancestral. Esta menção foi adiantada por Hussein para salvaguardar a região da influência francesa, que interveio no Líbano, em 1860, para proteger os cristãos. Para facilitar o acordo, o Sherif aceitou a manutenção da ocupação da Grã Bretanha nas *vilayets* de Bagdá e Basrah, por curto período mediante o pagamento de uma soma apropriada.

“O Oriente Médio Árabe: passado recente e configurações atuais”

Na nona carta, de 18-02-1916, Hussein já registra as ações militares empreendidas por suas forças, sob o comando de seus filhos, como passo inicial do movimento principal e pede recursos em armas, munições e dinheiro para pagamento das tropas.

Na décima carta de McMahon, datada em 10-03-1916, informa que as atividades mencionadas na carta de Hussein têm a aprovação do Governo de Sua Majestade e que seus pedidos serão atendidos e determina os pontos sensíveis onde os árabes devem atacar os turcos, entre outras providências de caráter militar.

Somente em outubro de 1916 os quatro filhos de Hussein tomaram Meca, mas ainda não Medina e, no dia 23 do mesmo mês, Faissal encontrou David Herbert Lawrence (1885-1930), o Lawrence da Arábia, pela primeira vez. Eles concordaram na estratégia de usar as forças móveis árabes contra os turcos aquartelados, cortar as comunicações e a estrada de ferro, isolando assim os 11.000 soldados turcos em Medina.

Com Faissal, Lawrence e Awdah Abu-Tayl no comando das forças árabes, em 06-07-1917, foi conquistado o porto de Aqaba, terminando assim a guerra no Hejaz e propiciando às forças britânicas um porto valioso para a campanha da Palestina.

A luta árabe não terminaria aí, pois em agosto de 1917 o Exército de Faissal e Lawrence foram transferidos para o comando do General Sir Edmund Allenby (1861-1936) e incorporados à Força Expedicionária na Palestina de 1917 a 1918. Gaza foi capturada em novembro de 1917, Jerusalém em dezembro e em setembro de 1918, Damasco e Alepo.

Os árabes cumpriram com a sua palavra e lutaram ao lado dos britânicos, contra os otomanos durante dois anos e meio, de junho de 1916 a dezembro de 1918. Aprenderam que na Grã Bretanha não se pode confiar; a defesa da causa árabe estava sendo travada nos campos de batalha e a traição a ela estava sendo tramada secretamente, na penumbra dos escritórios em Londres.

Acordos Sykes-Picot

Enquanto isto, durante meses, dois diplomatas: Sir Mark Sykes (1879-1919), representando a Grã Bretanha e François Georges-Picot (1870-1951) representando a França, foram encarregados de fixar os limites da Arábia britânica e da Síria francesa; uma negociação secreta para a divisão da terra dos outros, levou meses de discussões.

As linhas de demarcação, conforme consta do mapa delimitaram as zonas como segue:

- 1- Zona Azul francesa, de administração direta (Líbano até Anatólia);
- 2- Zona Árabe A, de influência francesa (Síria do Norte e Província de Mossul);
- 3- Zona Vermelha britânica, de administração direta (Mesopotâmia e Kuwait);
- 4- Zona Árabe B, de influência britânica (Síria do sul, Jordânia e Palestina); e,
- 5- Zona Castanha, de administração internacional por França, Grã Bretanha e Rússia (compreendendo: São João d’Acre, Haifa e Jerusalém).

Não houve propriamente a assinatura de um documento entre as duas potências e sim a troca de notas entre os dois governos.

“O Oriente Médio Árabe: passado recente e configurações atuais”

Estes acordos ficaram selados na nota de Sir Edward Grey (1862-1933), Secretário do *Foreign Office* a Paulo Cambon (1843-1929) Embaixador da França em Londres, datada de 16 de maio de 1916. As negociações se desenrolaram ao mesmo tempo no qual Hussein se correspondia com McMahon e no dia em que foram trocados os instrumentos de acordo entre França e Grã Bretanha, havia nove dias que o Sherif Hussein declarara a rebelião contra o Império Otomano e começara a guerra ao lado dos aliados.

Esta não seria a única deslealdade.

A Declaração Balfour

Nos primórdios da I Guerra Mundial, o lobby do movimento sionista na Grã Bretanha começou a assediá-lo o governo britânico a fim de trazê-lo para o lado de sua causa e encontraram em Mark Sykes (o mesmo dos acordos Sykes-Picot) um entusiasta que professava, em suas próprias palavras, “*um interesse em libertar os desvalidos povos da terra, inclusive os armênios, árabes e judeus*”.

O documento, uma carta em papel oficial do Ministério do Exterior, datada de 2 de novembro de 1917, endereçada a Lionel Walter Baron Rothschild (1868-1937), é assinada por Arthur James Lord Balfour (1848-1930), Secretário do *Foreign Office*, diz textualmente:

“Prezado Lord Rothschild,

Tenho muito prazer em retransmitir-lhe, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia para com as aspirações dos judeus sionistas que foram submetidas ao e aprovadas pelo Gabinete: ‘O Governo de sua Majestade vê com favorecimento o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e usará seu melhor esforço para facilitar a realização deste objetivo, ficando claramente entendido que nada será feito o qual possa prejudicar os direitos civil e religioso das comunidades não-judias existentes na Palestina ou os direitos e status usufruídos pelos judeus em qualquer outro país’. Ficarei grato se levar esta declaração ao conhecimento da Federação Sionista.

Sinceramente,

Arthur James Balfour.”

Para que se tenha uma idéia da repercussão que teve a assinatura desta carta, o *The New York Times* já publicava a notícia, do outro lado do Atlântico, seis dias depois e já dava conta do comentário do *The Jewish Chronicle*, o mais antigo e mais influente jornal judeu, baseado em Londres. onde se lê:

“Com um passo a causa judia fez um grande salto para frente. É a perceptível dispersão da nuvem de séculos: um sinal palpável de que o judeu, condenado por dois mil anos por um erro sem paralelo – estará finalmente chegando a seu direito. A ele é dada a oportunidade e os meios pelo qual no lugar de ser hifenizado ele pode se tornar uma nação, em vez de ser um errante em todo clima haverá um lar para ele em sua antiga terra. O dia deste exílio será terminado”.

“O Oriente Médio Árabe: passado recente e configurações atuais”

Não faltam afirmações ou até mesmo vaticínios sobre porque a Grã Bretanha aceitou emitir e publicar a Declaração Balfour. É provável que a declaração foi intencionalmente capciosa a fim de permitir aos britânicos que renegassem suas promessas anteriores à França e aos Árabes, a respeito da Palestina. Atribui-se ao Primeiro Ministro à época, David Lloyd George (1863 – 1945) uma frase elucidativa de que “*o controle britânico sobre a Palestina evitaria que ela caísse nas mãos daqueles franceses agnósticos e ateus*”. A mais provável hipótese é que a declaração tinha o propósito de agradar aos judeus, para que as comunidades judias dos Estados Unidos e da Rússia influenciassem seus governos para que apoiassem a Grã Bretanha na guerra. Isto apesar de o Foreign Office saber que o lobby judeu havia feito proposta semelhante ao campo oposto: Alemanha e Turquia, para ganhar a Palestina independentemente de quem fosse o vencedor da guerra. Seja lá como for, a declaração servia aos interesses imperialistas britânicos e notadamente para garantir uma base judia amigável, para a defesa do Canal de Suez, contrabalançando um eventual levante árabe não amigável.

Logo em seguida, em outubro de 1919, a Legião Árabe entrou em Damasco e os representantes do governo otomano assinaram o armistício a bordo de um navio de guerra britânico perto da ilha de Lemnos.

Terminava assim o domínio otomano sobre terras árabes.

Apesar de todas as promessas as mãos da Grã Bretanha e de seus aliados continuaram pesadas sobre os assuntos árabes após a I Guerra Mundial. Os árabes tiveram um verdadeiro despertar nos campos de batalha, mas a traição que sofreram na Conferência de Paz de Paris de 1919 e da Liga das Nações, por ela criada, foi o pior resultado que poderia ser esperado.

Os negociadores principais na Conferência e criadores da Liga das Nações foram:

David Lloyd George (1863-1945), Primeiro Ministro da Grã Bretanha que teria papel determinante na recusa em ouvir o clamor das missões árabes que visitavam o *Palais de Versailles* à procura de justiça para sua causa e recompensa para sua luta e sacrifício, ao lado dos aliados e principalmente da Grã Bretanha.

Vittorio Emanuele Orlando (1860-1952), Primeiro Ministro da Itália, que nada conseguiu para seu país e os árabes ganharam por não ter mais um contra eles.

Georges Benjamin Clemenceau (1841-1929) Primeiro Ministro da França, que parecia ter uma aposta entre ele e Lloyd George para selar um destino humilhante para a Nação Árabe.

Thomas Woodrow Wilson (1856-1924), Presidente dos Estados Unidos, que em seus escritos e discursos declarava que “*Todo ajuste territorial resultante desta guerra precisa ser feito no interesse e em benefício das populações interessadas e não como parte de um mero acerto ou ajuste negociado de reivindicações entre Estados rivais*” a certa altura virou as costas aos povos que dizia defender e voltou para os Estados Unidos.

Esta não seria a única humilhação sofrida pela Nação Árabe.

Tratado de Sèvres (1920) e Tratado de Lausanne (1923)

Exceto com a Rússia, que se retirou da Conferência da Liga como consequência da Revolução Bolchevique e dos Estados Unidos cujo Senado não os aprovou, a Turquia assinou com os aliados em 10 de agosto de 1920, em Sèvres, um tratado no qual, entre outras capitulações, renunciou à soberania sobre a Mesopotâmia (Iraque) e a Palestina (incluindo a Transjordânia) que se tornaram mandato britânico; a Síria (incluindo o Líbano) que se tornara mandato francês; e, ao reino do Hejaz que passaria a ter uma certa independência.

Por não ter sido ratificado pela Turquia de Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938), o Tratado de Sèvres foi substituído pelo de Lausanne, assinado em 24 de julho de 1923, porém sem alterar a situação dos territórios árabes.

Não convidados, os povos árabes, vítimas nos dois certames, que nunca aceitaram a soberania otomana, se perguntam que poder tinha a Turquia para transferir o que não lhe pertencia de fato e de direito àqueles que não tinham direito ou moral para assumirem mandatos sobre eles.

A Nação Árabe perdeu a batalha da paz e, como o futuro demonstrará, terá mais guerras pela frente, na defesa de seus direitos.